

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, nobre Deputado João Magno, todos que assistem a esta sessão, eu vou tentar ser bem sintético.

Em primeiro lugar, quero reconhecer aqui que, de todos Representados neste Conselho, aquele que agiu de forma mais franca, mais sincera, mais transparente, a meu juízo, foi o Deputado João Magno, confirmando aquilo de que ninguém aqui tem dúvida: a sua história política, a sua trajetória na vida pública é digna, é honrada, é dedicada a interesses maiores e não à baixa política. Então, quero destacar isso.

Entendo, entretanto, para não cair no caso da expectativa que acaba sendo frustrada, que, objetivamente, neste caso específico, ele acabou, desafortunadamente, por ser envolvido num esquema que é espúrio, que é pernicioso.

Eu [p_16921]creio que um elemento que poderia alterar alguns casos aqui seria a presença dos principais gestores, não do crime, como alguns na CCJ, querendo que ela passe a ser Câmara Revisora de Decisões de Mérito, aqui, do Conselho de Ética. Andaram falando agora, há 2 dias, que o crime não pode passar da pessoa do incriminado. Não se trata de crime aqui. Trata-se de analisar procedimentos à luz do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Mas creio que essas faltas graves seriam atenuadas com a presença de algumas testemunhas básicas.

Por exemplo, no caso que eu relatei, e que ainda não teve o seu recurso decidido na CCJ, o que causa enorme preocupação — e ali, para mim, está claro da parte de alguns membros do PT o interesse eleitoral em relação ao PL, pelos discursos que eu ouvi, pelas presenças notáveis que percebi, mas isso é só um aposto, é um parêntesis... Mas creio que no meu caso, por exemplo, o ex-Deputado Carlos Rodrigues, pertencente àquela estirpe de maus homens públicos que renunciaram para não ter seu mandato cassado e que, muitas vezes, têm abrigo nos seus partidos, como se nada tivesse acontecido, se ele tivesse vindo aqui, a situação do Deputado Wanderval poderia ser outra. Assim como no caso do Deputado João Magno, na presença do ex-Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para, olho no olho, com a força que a palavra direta tem, dizer que realmente ele enganou o Deputado João Magno, proveu as campanhas do Deputado de recursos de origem espúria, estranha, não contabilizada, isso ajudaria. Mas isso não aconteceu.

Então, eu vou acompanhar o Relator, mas quero fazer um alerta, concordar com a Deputada Ângela: essa situação do Deputado João Magno guarda grande similaridade com a situação de 2 outros mineiros — e a similaridade não é geográfica — que por aqui passaram: a do Deputado Romeu Queiroz e a do Deputado Roberto Brant.

O esquema era o mesmo, rigorosamente o mesmo. As justificativas podem ser diferentes, e eu volto a dizer: o Deputado João Magno foi o mais franco, o mais sincero, o mais transparente desde a primeira hora. Eu confesso que eu levei um susto, lá nos idos de junho ou julho do ano passado, quando vi numa televisão qualquer, nem me lembro onde estava, o Deputado João Magno, não sei se em frente à USIMINAS, ou a uma agência bancária, dizer: *“Não, recebi, sim, tal e não declarei, infelizmente. Vou providenciar, mesmo fora de tempo, essa correção...”* Eu aplaudo essa franqueza.

Entretanto, por uma questão de coerência, com os votos que eu manifesto aqui no Conselho, eu acompanho o Relator. Mas quero dizer, quero cobrar isso, a situação é muito similar a dos Deputados Roberto Brant e do Deputado Romeu Queiroz.

Portanto, a do Deputado Romeu Queiroz, cotejada com a do Deputado João Magno — se o Deputado João Magno quiser, eu, tendo oportunidade, falo isso em plenário —, ela cobra coerência do Plenário. Se absolveram o Deputado Romeu Queiroz, caso saia a indicação, pedida pelo Relator aqui, para perda de mandato, muitos Parlamentares, escondidos pelo voto secreto, deveriam ser coerentes, porque a situação é igual, é igual.

Em segundo lugar, a situação do Deputado Brant também, que teve apoio aqui de altas figuras do PSDB, do PFL, foi... Ele, parece que, apesar de ter sacado do mesmo esquema — USIMINAS, SMP&B, valerioduto —, foi indicado para perder o mandato aqui pelo voto de minerva do Sr. Presidente, acompanhando o Relator. Mas a situação é igual. E o que se comenta é que, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o Plenário vai reparar o erro do Conselho e absolver largamente o Deputado Roberto Brant.

Em [p_16922]relação ao Deputado João Magno será também uma incoerência caso ele tenha a perda do mandato pedida aqui e caso isso se confirme lá.

Não podemos ter Deputados de categorias diferentes, os que têm mais força, prestígio, poder, *status*, porque já foram Ministros, porque já foram líderes de Governo, e os que só têm o magno em muitas atitudes e no nome, mas não tem a magnanimidade do poder, do prestígio e da influência.

Eu faço questão de dar esse depoimento, que não é contraditório, com o meu voto acompanhando o Relator, porque esse voto será sempre assim. Todos aqueles que eu, fazendo um juízo sereno, considerar que infelizmente — no caso do Deputado João Magno, faço isso com muita tristeza, muita dor — acabaram se envolvendo nesse esquema, que foi praticado, inclusive, à revelia do próprio Partido dos Trabalhadores... O Deputado João Magno sabe que essas benesses do Sr. Delúbio não vinham para qualquer um. Eu vi candidato, inclusive a Prefeita do PT, no meu Estado, passando a

maior pindaíba na campanha, enquanto alguns, inclusive que tinham recém-ingressado no partido, em Municípios vizinhos, estavam lá com toda a força. Até *outdoors* com o ex-Presidente José Genoíno havia.

Então, houve, dentro do PT, um tratamento diferenciado e um esquema paralelo que só veio a se revelar depois, com o qual o Deputado João Magno acabou sendo beneficiário. Agora, peço coerência a este Conselho em relação a votos anteriores e vou cobrar coerência do Plenário em relação a votos anteriores também.